

# O sadoeconomismo

José Carlos  
Barbosa Moreira \*

O sadomasoquismo é fenômeno bem estudado. Mas a ciência ainda não deu a merecida atenção a outro fenômeno importante: o sadoeconomismo. Para bem compreendê-lo, é preciso começar pelo exame da principal característica psicológica do economista — ao menos, do economista típico.

Se o sertanejo, a crer-se em Euclides da Cunha, é antes de tudo um forte, o economista típico é antes de tudo um triste. Abra-se um tratado de economia, ouça-se ou leia-se uma entrevista de técnico em assuntos econômicos: o que desde logo chama a atenção é a ausência total e absoluta do mais leve traço de humor. Há exceções, naturalmente. A mais notável, penso, é John Kenneth Galbraith, que ainda por cima não escreve em economês, mas em inglês. Razões bastantes, cada qual em si mesma, para que certos membros do *establishment* torçam diante dele os acadêmicos narizes. Outra exceção poderia constituir, no Brasil, o sr. Mário Henrique Simonsen, que gosta de música em geral e de música lírica em particular; mas suspeito que prefere *L'Amore dei tre re* — a mais lugubre ópera jamais composta, com velório em cena no último ato, e dois ou três sujeitos a caírem mortos pelos cantos, depois de beijarem os lábios envenenados do cadáver — a, digamos, *Le nozze di Figaro* ou *Falstaff*. A professora Maria da Conceição Tavares tem de engraçado o sotaque; outros, nem isto.

Explica-se com facilidade esta tendência do economista típico à melancolia. Sua vida inteira é, quase sempre, uma série ininterrupta de frustrações científicas. Muito pouco do que acontece no mundo concreto tem que ver com o que ele expõe e prega em tomos alentados e eruditas conferências. A vida, insensível a tanta beleza doutrinária, teima em ignorar as equações e os diagramas traçados nos gabinetes. Empenha-se o cientista em identificar e enunciar, solenemente, leis e mais leis: impiedosa, a realidade encarrega-se de desdizê-las, uma por uma.

A famosa lei da oferta e da procura, por exemplo, já foi desmentida em um sem-número de episódios. Quem não se lembra da ocasião em que, há poucos anos, os pátios da indústria automobilística ficaram entulhados de veículos que não achavam comprador, sem que por isto o preço baixasse de um mísero centavo? Adam Smith acreditava numa tal de “mão invisível”, que se incumbiria de encaminhar a sociedade no sentido mais conveniente aos interesses gerais, se cada indivíduo cuidasse exclusivamente dos seus próprios. Como é natural, os egoístas de todos os tempos e lugares deliciaram-se com a descoberta desta lei e dela extraíram uma regra de conduta tanto mais agradável quanto capaz de proporcionar-lhes, além das vantagens práticas, a tranquilidade da consciência. Mostra, porém, a experiência histórica que quase nunca bastou a “mão invisível” para promover o bem comum: outras mãos, com frequência, precisaram dar seus empurrões.

Chesterton, que tinha consciência clara das limitações do conhecimento humano, afirmou que a única lei da história é o imprevisível. Transcrevo a proposição na chave da economia e sugiro que a única lei econômica verdadeira é exprimível mais ou menos nestes termos: qualquer causa pode produzir qualquer efeito. Inclusive — apresso-me a esclarecer — aquele mesmo que se dizia prever ou se queria provocar. Este de modo nenhum fica preexcluído, pouco importando que, bem examinadas as coisas, se verifique a simples ocorrência de um acaso feliz (ou infeliz).

Em matéria de prognósticos, então, o infortúnio do economista assume proporções de tragédia. Qualquer vidente de ano-novo costuma ter mais sorte: raramente deixa de morrer, entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, tal ou qual estadista importante, com o que se cumpre ao menos um dos vaticínios habituais. O economista, coitado, nem com isto pode contar. Um trivial acontecimento atrapalha tudo, inutiliza cálculos laboriosamente feitos e conferidos, com a ajuda da mais moderna parafernália eletrônica. Basta, por exemplo, uma geadazinha na Flórida e lá se vão por água abaixo as cuidadosas previsões relativas ao comércio internacional da laranja.

Os maiores expoentes da ciência econômica falharam miseravelmente quando se meteram a tentar adivinhar o futuro. Os economistas ingleses contemporâneos da primeira revolução industrial juravam que qualquer esforço para melhorar a condição dos operários seria inútil e até contraproducente. Quanto a Marx, por mais genial que haja sido na análise do capitalismo de seu tempo, estamos vendo o que valia como profeta... Astrólogos, cartomantes ou jogadores de búzios não se saíam pior.

Com toda esta carga de tristeza no coração, é compreensível que o economista típico desenvolva uma componente sádica. Não que ele seja necessariamente má pessoa: muito ao contrário, pode tratar-se, e muitas vezes se trata, de um modelo de virtudes, exemplar como cidadão e como pai (ou mãe) de família. Mas, lá no fundo, talvez inconsciente, palpitante-lhe um sentimento difícil de abafar: o de que, sendo ele tão infeliz, é estranho, e um pouco injusto, que possa haver no mundo alguém feliz. Daí à tentação de universalizar a sua própria tristeza é apenas um passo, que o economista típico não consegue abster-se de dar. E lá vem um plano econômico.

O plano é o instrumento por excelência do sadoeconomismo. Rezava uma cantiga do meu tempo de infância: “Um elefante aborrece muita gente; dois elefantes aborrecem muito mais. Dois elefantes aborrecem muita gente; três elefantes aborrecem muito mais...” — e assim por diante. Mas, por aborrecidos que sejam os elefantes, nem todas as manadas do mundo, reunidas, chegam aos pés. No particular, de um bom plano econômico. O finado Carlos Lacerda disse de um deles que matava os pobres de fome, e os ricos de raiva. Terá sido exagero; contentemo-nos em dizer que um bom plano entristece quem estava alegre e aumenta a tristeza de quem já estava triste. É claro que, no começo, nem todos têm este tipo de reação. Certas pessoas — sobretudo algumas velhinhas de Taubaté — ficam extasiadas e soltam exclamações de puro gozo. Provocar esta impressão inicial faz parte do jogo sádico: quem não sabe que o desencanto é a mais amarga forma de tristeza? A ansiedade daqueles que se sobressaltam logo de saída não é nada em comparação com o sofrimento dos que vão perdendo, pouco a pouco, as ilusões.

Em geral, as ilusões começam a dissipar-se por obra e graça dos comentadores do plano. (Há economistas que se especializam em inventar

planos, outros que se especializam em comentá-los.) Os comentadores, para começo de conversa, servem-se de explicações e críticas vazadas em linguagem tão enigmática que até quem supunha haver entendido tudo acaba por convencer-se de que não entender nada: primeira decepção.

Pior: embora o tom dos comentários costume ser, de início, predominantemente elogioso (a professora Maria da Conceição Tavares, como todos se lembram, chegou a chorar de emoção, ao falar na TV sobre o falecido Plano Cruzado), sem demora começam, por entre os louvores, a insinuar-se, em sinistro *crescendo*, ressalvas, dúvidas, restrições — um rosário de “talvez”, “quem sabe”, “pode ser”, “depende”, “conforme”, “todavia”, “por outro lado” e outras expressões igualmente suscetíveis de (quase ia escrevendo: destinadas a) provocar calafrios no mais sereno leitor ou espectador. Até que aparece um comentador com menos papas na língua e anuncia, redondamente, que para o êxito do plano é indispensável, entre outras coisas: a) que não chova no próximo semestre; b) que o presidente da República renuncie ao projeto de inscrever-se na Fórmula-1; c) que a população se abstenha de uma refeição nas segundas, quartas e sextas, e de ambas nas terças, quintas e sábados — liberado o domingo para quem, ao chegar lá, ainda tenha forças para mastigar; d) que a vaca tussa; e) que a princesa raptada adivinha o nome do anão raptor — o qual (sabemos nós, mas ela não) se chama Rumpletistequim. E, aí, nem as velhinhas de Taubaté encontram reservas de energia para exorcizar a depressão.

Vejam o caso do plano mais recente. Há economistas em legião a demonstrar por *a* mais *b* que ele será posto inteiramente a perder, se o governo honrar o compromisso de liberar o dinheiro bloqueado nas datas previstas. Como tal liberação faz parte do plano, conclui-se que este se compõe de duas porções incompatíveis, uma das quais só pode dar certo se a outra não der. Autêntica obra-prima do sadoeconomismo: assegurada está a aflição universal, quando nada por ano e meio. Uns se afligirão por medo de que o dinheiro não seja liberado; outros, por medo de que ele o seja (e a inflação recrudesça etc.). Embora por motivos diferentes, *todos* — louvado seja Deus! — vão afligir-se. E, vencido o prazo, aconteça o que acontecer, ou não haverá *happy end* para ninguém, ou, na pior hipótese, uma parcela da população ficará insatisfeita. Nela incluídos, é claro, os *Respectable Professors of the Dismal Science*, como chamou Carlyle aos economistas — pois, afinal de contas, *pelo menos uma* porção do plano terá malogrado. O maior perigo é que comecem imediatamente a pensar noutro...

*Por mais aborrecidos  
que sejam  
os elefantes, nem  
todas as manadas  
do mundo  
chegam aos pés  
de um bom plano  
econômico*